



& Saúde Direitos



Informativo de KOINONIA
Presença Ecumênica
e Serviço • nº 19 •
Dezembro de 2016

Foto: Acervo KOINONIA



Editorial

Reduzir políticas LGBTs e de promoção da igualdade de gênero também é anti-democrático

O ano de 2016 marca a entrada definitiva em uma fase temerária para diversos grupos em desvantagem histórica, entre eles as mulheres e LGBTs. No país número um do mundo em assassinato de pessoas trans e quinto em homicídios de mulheres, tudo indica que essas populações terão ainda menos prioridade na concepção das políticas públicas.

Se garantir, não só a vida, mas um conjunto básico de direitos para todas as cidadãs e cidadãos é ponto de partida para uma democracia madura, o Brasil não tem feito seu dever de casa. São inúmeros cortes e fusões de pastas em todas as esferas do executivo, combinados com um legislativo cada vez mais comprometido com valores como “a família tradicional”. Esta se converteu em figura de síntese das forças que querem manter as desigualdades de gênero, designando que papéis sociais a mulher

pode ou não cumprir; e a dominância do ideal heteronormativo, definindo a identidade de gênero que as pessoas devem assumir ou por quem elas devem sentir desejo. Tudo isso recheado por uma confusão entre preceitos religiosos e as necessidades efetivas das cidadãs e cidadãos na hora de fazer as políticas.

O novo ano já aponta para desafios ainda maiores, que exigirão de mulheres e LGBTs atenção redobrada a esse processo de retração da democracia já em curso. Retração, porque, em suma, parte da definição de um modelo de cidadão com o qual todas e todos devem se identificar para terem seus direitos respeitados. Acontece que isso é impossível para pobres, negras/os, mulheres, LGBTs e outros grupos que, mais que nunca, terão de inventar, criar, conectar estratégias de frear e reverter esse quadro.

Um 2017 de lutas!



Transcidadania: “Aqui nós aprendemos sobre nossos direitos e temos respeito como cidadãs”

Terceiro módulo da formação promovida por KOINONIA em parceria com a prefeitura de São Paulo discute a relação entre direitos, gênero, corpo e saúde

Facilitados por Franklin Felix, psicólogo, militante LGBT e no enfrentamento à intolerância religiosa, os encontros abordaram a questão dos papéis de gênero, suas expressões, identidades e orientações sexuais. “Neste módulo também trabalhamos o tema corporeidade e questões de pertencimento e de como a sociedade, uma vez estabelecida por padrões patriarcais e heteronormativos, precisa adequar a vivência da população trans e não o contrário”, explicou Franklin.



Fotos: Acervo KOINONIA

Com sessões sempre em clima de abertura e diálogo, no dia do tema “Quem eu sou: Direitos e Deveres”, a participante Jéssica Bernadine, em sua intervenção, falou sobre como esse contato mais profundo com a questão dos direitos tem ajudado a encarar a discriminação. “Sofri muita repressão pela sociedade, por policiais e religiosos, mas aqui aprendemos várias formas de lidar com isso”, contou.

A formação em Direitos Humanos e Democracia faz, através do programa Transcidadania, dois encontros semanais, às terças e quintas. Seu objetivo tem sido pôr as/os participantes em contato com vários recursos, serviços e experiências dentro do próprio grupo que as/os auxiliem em enfrentar as desigualdades com base em suas garantias como cidadãs e cidadãos.

Promovido pela Prefeitura de São Paulo, em parceria com KOINONIA e a Secretária Municipal dos Direitos Humanos, o Transcidadania desenvolve ações de promoção dos direitos humanos e cidadania, criando oportunidades de melhoria na qualidade de vida para transexuais e travestis.

EU TRANSCIDADÃ...



Sou **Dannyele Cavalcante**, da segunda turma do Programa Transcidadania. Sou muito comunicativa e de bem com a vida, não deixo nada me abalar. Me identifico como uma pessoa determinada, que dia após dia quebra barreiras mostrando para a sociedade que a população trans não

carrega a tarja de marginalizada. Então, cada dia mais, me dedico a mostrar que temos direitos como qualquer um. Eu sou essa pessoa que vive quebrando paradigmas e que sou igual a qualquer pessoa na sociedade.

Nasci na Paraíba, mas em São Paulo eu me sinto melhor, mais igual. A cidade tem um olhar mais humanizado para com a população LGBT, bem diferente de outros lugares do Brasil. Aqui [SP] me sinto mais respeitada, tenho meu espaço. Hoje me sinto mais cidadã, temos ganhado mais direitos e leis, como a do respeito ao nome social. Entretanto não me sinto totalmente segura, porque essas leis só são mesmo no papel. Tem que correr muito atrás e ao chegar na delegacia somos motivo de chacota e não somos respeitadas.

O curso de direitos humanos é essencial! Ele tem nos levado a conhecer coisas que jamais iriam nos ensinar em outro lugar. Abre nossos olhos para nos fazer reconhecer nossos direitos e deveres. Se sofremos discriminação ou algum outro tipo de violência, agora temos ciência do que fazer. O curso nos prepara para a vida, tem me feito uma cidadã melhor e mais instruída e capaz de levar as informações que aprendo para outras pessoas. Com as dinâmicas e toda desenvoltura, o relacionamento entre a turma melhorou, quebrou nosso “pré conceito”.

O Transcidadania é uma vitória e uma conquista. Isso não aconteceu só comigo, mas com todas nós. Agora temos uma moradia para voltar à noite, temos acesso aos estudos, estamos buscando na justiça a retificação do nome. Finalmente vamos chegar em uma loja e não vão ficar nos olhando com aquela cara de “como assim? No documento tá João, mas ali é Maria”.

Tenham amor ao próximo, tenham empatia! Se coloquem no lugar da pessoa! Busquem saber e entender quando alguém sofre discriminação. Precisamos conhecer primeiro, sem pré julgamento.



Primeira roda de conversa do projeto Fortalecendo Laços

Bate-papo destacou a relação da população LGBT com seus corpos e a urgência nos cuidados com a transmissão do HIV/AIDS

Realizado em 26 de novembro, no restaurante e Café Vermont, em São Paulo, o evento contou com a presença de 40 pessoas de diversos gêneros e sexualidades. A roda de abertura foi ministrada pelo agente de campo Pierre Freitas, que tratou de assuntos como as relações de gênero, comportamento sexual, afetivo e cultural, machismo e feminismo, identidade de gênero; transexualidade e LGBTfobia (do ponto de vista de quem comete e de quem sofre o preconceito).

Começando as atividades, Pierre pediu aos participantes que preenchessem o corpo desenhado no chão com falas que as pessoas comumente utilizam para se referir à alguém da comunidade LGBT. Termos como “vulneráveis”, “promíscuos” e “saco de pancada” foram escritos durante a dinâmica. A partir desse momento se discutia o corpo que a sociedade enxerga e o como elas e eles vêem. “A sociedade coloca os LGBTs dentro da mesma caixa. Nós somos um só perante a sociedade, não

entendem nossas particularidades”, disse Aline Marques, que participou da conversa.

“Como podemos olhar para esse corpo – o nosso corpo – sem os devidos cuidados em relação ao vírus HIV/AIDS? A sociedade nos coloca como marginalizados frente à transmissão do vírus, mas não podemos assumir esse papel. Temos que nos proteger e mostrar o quão forte a população LGBT é”, ressaltou Pierre.

A realização do projeto “Fortalecendo Laços: Juventude, Sexualidade e Direitos Humanos: uma ação concreta com populações jovens vulneráveis e HIV/AIDS na cidade de São Paulo” é uma parceria de KOINONIA com o Programa Municipal de DST/AIDS, da Secretaria Municipal de Saúde, através de convênio. Outro parceiro tem sido o Restaurante Café Vermont República, no Largo do Arouche, onde acontecem alguns dos encontros.



Fotos: Acervo KOINONIA

A cultura do estupro e as comunidades religiosas

Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência discute o tema em roda de conversa na Igreja Metodista em Vila Mariana, SP

Roupas, comportamento, bebida, horário, companhias. Quando temos uma mulher no papel de vítima de um crime, os questionamentos feitos são muitos. Pensando nisso, a Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência promoveu um debate sobre a relação da cultura do estupro com as comunidades religiosas. O evento aconteceu na Igreja Metodista em Vila Mariana, no dia 22 de outubro, com cerca de 30 participantes.

O encontro contou com a facilitação de Sandra Duarte, teóloga, professora da Universidade Metodista e coordenadora do grupo de estudos de gênero. Provocando o público, a reflexão que deu início à atividade foi: “você conhece um estuproador?”. Como esperado, a inquietude tomou conta do ambiente. Sandra explicou que é fundamental conhecer os personagens para que a cultura do estupro seja compreendida. As religiões, de acordo com ela, nas suas especificidades, acabam contribuindo com a desigualdade de gênero. A identificação deste problema torna possível um trabalho de enfrentamento e superação da violência já que, segundo Sandra, “as religiões alcançam as casas das pessoas antes do Estado”.

A peça-chave para avanços no combate à cultura do estupro tem sido o questionamento do que é tido como natural. “A cultura não é um dado natural. Entendê-la desta maneira é tornar normal a violência. Quando falamos em cultura do estupro estamos abordando comportamentos aprendidos e que são reforçados por diversos mecanismos de reprodução de sentido, como a mídia, a escola, a ciência e a religião”, explicou a facilitadora.

Sensibilizados com o tema, alguns participantes levaram para a roda casos reais que ilustraram o que estava sendo explicado. Zilá Pupo, membro da Igreja Metodista da Vila Mariana, por exemplo, lembrou ser a primeira mulher de sua família a frequentar uma escola. “Tenho esperança de que as novas gerações valorizem as mulheres, tirando-as debaixo dos panos, onde ficavam caladas e escondidas. Eventos como este mostram que as coisas podem mudar”.

No final, o pastor William Melo, da comunidade Metodista, deixou um recado a todos os presentes: “Precisamos tirar esse véu de perfeição religiosa. O primeiro passo é assumir nossos erros e encarar isso com mais honestidade para que seja possível o trabalho de enfrentamento”.



Direitos Humanos “dando close”* na balada

A importância do projeto Fortalecendo Laços na redução da vulnerabilidade dos jovens LGBTs ao HIV/Aids

Por Pierre Freitas e equipe de KOINONIA

A proposta de trabalho do projeto Fortalecendo Laços: Juventude, Sexualidade e Direitos torna-se fundamental quando consideramos que os jovens, em especial os LGBTs, são um grupo vulnerável, por fatores sociais e de preconceito, à epidemia do HIV/Aids.

A abordagem de temas que fazem parte do cotidiano da população LGBT merece cuidados especiais, pois é necessário levar em conta a integridade do jovem, reconhecendo sua forma de viver e conviver. A realização de ações para com estes jovens é mais que necessária e ocupar os espaços que eles frequentam é muito valoroso.

O projeto tem sido realizado na Boate Freedom Club, no Largo do Arouche, local onde se concentra grande parte da população LGBT da cidade de São Paulo, fato que o torna significativo pela sociabilidade e convivência destes jovens.

Estar em um espaço de balada é muito mais que ocupar, é mostrar para estes jovens que direitos humanos, saúde e sexualidade, mais que em diálogo com a cultura, fazem parte de nossas vidas e de nossa personalidade.

A realização do projeto nestes locais é mais do que se fazer presente. É resistência, é lutar por uma cultura plural que de fato garanta diferentes espaços de sociabilidade e convivência, que os guetos possam ser construídos e desconstruídos e que os jovens internalizem que a cultura também faz parte da compreensão e da dialética dos direitos humanos e da democracia.

Precisamos compreender que da mesma forma que a cultura faz parte da nossa personalidade, a saúde faz parte da nossa essência. Então temos que nos informar e estar ligados nas diferentes formas de prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) para utilizar a que melhor se enquadra na nossa vida.

***Dar “close” é uma expressão fortemente identificada com a comunidade LGBT, que, nesse sentido, quer dizer “marcar presença”**

AIDS 2016

por Cláudio C. Monteiro Jr.

“Peste Gay”: foi exatamente assim que a estranha doença que atacava de forma fatal homossexuais masculinos tomou as manchetes do mundo no início dos anos oitenta, numa época em que o HIV era desconhecido e tudo o que se referisse à AIDS encontrava-se no campo das suposições. Suposições que levaram a um brutal recrudescimento da homofobia, ao ponto de homossexuais serem agredidos de diversas formas em todo mundo, por serem potenciais disseminadores de uma doença sem cura, letal e estigmatizante, capazes de comprometer a saúde de toda a população

A descoberta da etiologia viral da AIDS, através do isolamento do HIV (inicialmente chamado de HTLV III pelos americanos e de LAV pelos franceses) e a revelação de que o contágio só é possível através da troca dos “fluidos infectantes”, por um lado, desculpabilizou os gays pela tal peste, pondo por terra a hipótese absurda de que uma determinada patologia teria tropismo por indivíduos com determinadas orientações sexuais. Com efeito, menos de uma década depois, o número de indivíduos no Brasil que haviam adquirido o vírus através de outras vias que não a sexual, ou seja, associado ao uso de substâncias psicoativas endoinjetáveis, ultrapassava o número de homossexuais masculinos acometidos pela AIDS.

Vieram outros “momentos epidemiológicos” e as ações de prevenção capitaneadas pelos programas oficiais passaram a priorizar outros grupos, como as mulheres heterossexuais. Com efeito, heterossexualização e feminização da epidemia passaram a ser, na primeira década deste século, as “pedras de toque” da prevenção. Não totalmente sem razão, pois o indicadores epidemiológicos apontavam para tal necessidade, mas criando a falsa ilusão de que a “peste gay” era coisa do passado. Uma coisa não excluía a outra, mas as políticas públicas de enfrentamento parecem ter achado que sim.

Baixou-se a guarda da prevenção junto aos G dos LGBT e as consequências disto são palpáveis. Obviamente, os indicadores[1] são os mesmos do início dos anos 80, onde o percentual de casos novos de AIDS entre homossexuais masculinos era próximo do absoluto (100 % em 1980 e 75 % em 1982). Se considerarmos que esse percentual atingiu seu ponto mínimo em 1996 (21, 5%) e que em 2014 o mesmo

Doença que o preconceito batizou de “peste gay” nos anos 1980 está de volta?

atinge os consideráveis 41, 8 % (sendo que a linha de tendência epidemiológica encontra-se acelerada em ascensão), caso nada seja feito, é possível que dentro de oito ou dez anos tenhamos percentuais de incidência de casos novos de AIDS entre homossexuais masculinos similares aos de trinta anos atrás.

Muitos fatores contribuíram para o atual panorama, desde o advento das terapias antirretovirais (associada a falsa ideia de que “AIDS agora tem cura”), até práticas explicitamente associadas ao risco como o bare backing e o sperm Cult, passando pela insuficiência (ou inadequação) de ações de prevenção junto a grupos específicos, e pela reducionismo de se confundir “prevenção” com o “insumo de prevenção” ou seja, ao preservativo. Achou-se que a disponibilização de preservativos em larga escala, associada a um discurso normativo “camisinhocêntrico” fosse o suficiente para quebra a cadeia de transmissão e para tão sonhada minimização de vulnerabilidades. A realidade mostra que não foi assim, e, hoje em dia, incorre-se na tentação ainda mais reducionista de culpabilizar os indivíduos e seus comportamentos (de “risco”) frente ao sexo pelo “descontrole” da epidemia entre o gays.

Sem dúvida as chamadas “novas tecnologias de prevenção” (como as Profilaxias Pós e Pré Exposição) surgem enquanto insumos estratégicos importantes, num cenário onde tudo que venha a agregar torna-se importante, mas no qual o preservativo – devido sua ação mecânica e palpável - continua ainda sendo a única certeza absoluta de preservação individual contra a infecção. E usá-lo ou não, é uma decisão que envolve minimamente duas pessoas, seus desejos e as circunstâncias da relação sexual, algo muito mais complexo do que o combate ao *Aedes Aegypti* através da eliminação de criadouros.

E por complexo que seja, a ação se faz necessária. As experiência que demonstram a eficiência da educação interpares e do protagonismo de grupo, como estratégias que propiciem a reflexão individual sobre corpo, sexo, cuidados e exercício consciente da sexualidade, parecem evidenciar este “construtivismo sexual” como um alicerce basal para decisão de adotar-se esta ou aquela forma de prevenção, ainda que sempre, e em última instância a decisão em aderir-se ou não à prevenção será algo intrinsecamente individual.

Será algo individual para um problema de saúde coletiva.



Expediente

Revisão: Equipe KOINONIA
Diagramação: Equipe KOINONIA

Diretor Executivo de KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira
Assessora do Eixo Direitos das Mulheres e da População LGBTT: Ester Leite Lisboa
Redação: Equipe do Eixo Direitos das Mulheres e da População LGBTT e colaboradores
Fotografia: Acervo KOINONIA

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 - Glória | CEP: 22211-230 - Rio de Janeiro - RJ | Tel.: (21) 3042-6445; Rua Barão de Itapetininga, 120 sala 307 - República | CEP: 01042-020 São Paulo - SP | Tel.: (11) 3667-9570; Travessa da Ajuda, s/nº, Edifício Martins Catharino, sl.705 - Centro | CEP: 40020-030 - Salvador - BA | Tel.: (71) 3266-3480

Apoio

